

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de **MATERIAL GRÁFICO, para atender às necessidades do Almoxarifado Central do Município de Nova Friburgo**, entre outras demandas reprimidas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Infraestrutura e Logística
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico: Lei Federal nº 14.133/21, art. 28, inciso I.
1.4	Período:	Atendimento das demandas por 12 meses
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 14.133/21, art 33, inciso I;

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	297680	BLOCO, pautado com medidas aproximada de 148 x 210mm, com 25 folhas cada, papel off-set de 75g, com marca d'agua da Escola Friburguense de Gestão em todas as folhas	Un	500
02	150592	CAPA PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO, com as seguintes especificações: papel off-set; tamanho fechado 316mm (±2mm) de altura x 226mm (±2mm) de largura; capacidade para acondicionar aproximadamente 200 folhas; cor branca; timbrada; AP 180gramas/m ² (1/1); impressão nas dimensões e cores cinza e preta na primeira capa, frente, impressão nas dimensões e cor preta na primeira capa, verso, impressão nas dimensões e cor preta na segunda capa, verso. As capas deverão ser entregues empacotadas de 100 em 100 unidades em plástico ou papel pardo	Un	100.000

03	150592	CAPA PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO, com as seguintes especificações: papel off-set; tamanho fechado 316mm (±2mm) de altura x 226mm (±2mm) de largura; capacidade para acondicionar aproximadamente 200 folhas; cor azul; timbrada; AP 180gramas/m ² (1/1); impressão nas dimensões e cores cinza e preta na primeira capa, frente, impressão nas dimensões e cor preta na primeira capa, verso, impressão nas dimensões e cor preta na segunda capa, verso. As capas deverão ser entregues empacotadas de 100 em 100 unidades em plástico ou papel pardo	Un	500
04	473520	ENVELOPE PARDO, timbrado com a logo marca da DEFESA CIVIL, tamanho ofício, 240mm de largura x 340mm de altura, tipo saco, liso em papel Kraft Ouro 80g/m ² , 1/0. Letras impressas na cor preta.	Un	200
05	473520	ENVELOPE PARDO, timbrado com a logo marca do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, tamanho ofício, 240mm de largura x 340mm de altura, tipo saco, liso em papel Kraft Ouro 80g/m ² , 1/0. Letras impressas na cor preta.	Un	75.000
06	447263	FICHA CADASTRAL, 32 cm de largura x 46 cm de altura, impressão na cor preta, cartolina 180g ROSA , 1/1, espaçamento entre linhas de 0,7 cm	Un	3.000
07	447263	FICHA CADASTRAL, 32 cm de largura x 46 cm de altura, impressão na cor preta, cartolina 180g BRANCA , 1/1, espaçamento entre linhas de 0,7 cm	Un	1.000
08	269341	TALÃO DE RECIBO de Declaração de Imposto de Renda, com 100 folhas, sendo 50 folhas brancas e 50 folhas amarelas, intercaladas e autocarbonadas, com medidas aproximadas de 14 x 20 cm (1/2 folha de papel A4)	Un	50
09	269341	TALÃO DE NOTIFICAÇÃO DEFESA CIVIL, preventiva de risco iminente, com 200 folhas gramatura de 75g, sendo 100 folhas brancas e 100 folhas amarelo, intercalas e autocarbonadas, numeradas, tamanho A4 (aproximadamente 30 x 20cm). Letras impressas na cor preta.	Un	50

10	471431	TALÃO DE CADASTRAMENTO GERAL DE PRODUTOR RURAL, Cadastro dos Filhos, com impressão de informações frente e verso, tamanho A4 (aproximadamente 30 x 20cm), gramatura de 75g, com 100 folhas cada talão. Letras impressas na cor preta.	Un	20
11	471431	TALÃO DE CADASTRAMENTO GERAL DE PRODUTOR RURAL, Cadastro de Produtor Rural, com impressão de informações frente e verso, tamanho A4 (aproximadamente 30 x 20cm), gramatura de 75g, com 100 folhas cada talão. Letras impressas na cor preta.	Un	20
12	471431	TALÃO DE CADASTRAMENTO GERAL DE PRODUTOR RURAL, Cadastro da Propriedade, tamanho A4 (aproximadamente 30 x 20cm) gramatura de 75g, com 100 folhas de , cada talão. Letras impressas na cor preta.	Un	20
13	471431	TALÃO DE SAÍDA DE COMBUSTÍVEL, 1 x 0, 63g/m2, 16,5cm de largura x 14,7 cm de altura, uma via em folha branca, com 50 folhas, letras impressas na cor preta.	Un	600

2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.2 Conforme constatado em Estudo Técnico Preliminar, a entrega deverá ser parcelada em duas vezes, sendo cada uma de 50% do quantitativo.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2 Todos os anos a Secretaria de Infraestrutura e Logística, através do Almoxarifado Central do Município, se encarrega de adquirir os materiais pertinentes ao pleno funcionamento das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação Dom João VI.

3.3 Para planejamento desta contratação, consultamos as Secretarias Municipais, através de Memorando Circular, sobre a existência de outras demandas relacionadas a esta aquisição, onde algumas enviaram suas necessidades, bem como os modelos a serem confeccionados.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2 Tais materiais foram calculados baseado nas respostas enviadas pelas Secretarias Municipais, através de Formulário do Google, anexado ao Estudo Técnico Preliminar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Através do Estudo Técnico Preliminar, ficou evidenciado que a contratação em tela deverá ocorrer através de Pregão Eletrônico de acordo com os termos da Lei Federal 14.133/2021, art. 28, inciso I, com Decreto Municipal 1942/2023.

5.2 Não será admitida a subcontratação do objeto.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O fornecimento será efetuado em duas etapas, sendo a primeira entrega com 50% do quantitativo solicitado e a segunda entrega com outros 50%.

6.2 A primeira parcela deverá ocorrer num prazo não superior a 30 dias da data do recebimento da Nota de Empenho e a segunda parcela deverá ocorrer num prazo não superior a 60 dias desta mesma data.

6.3 As entregas deverão ocorrer no endereço abaixo:

Nome do requisitante: Almoxarifado Central

Endereço: Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 A - Conselheiro Paulino - Nova Friburgo - CEP

Horário de entrega: 9:00 às 14:00 horas

6.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5 Os produtos deverão vir lacrados em embalagens parafinadas internamente, em bom estado de conservação e apresentação.

6.6 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A garantia dos produtos adquiridos, deverá ser a oferecida pelo fabricante, em caso de material danificado ou com defeitos de fabricação, a troca dos mesmos ficará a cargo da Contratada, assim como os custos e despesas referentes a essa troca.

8. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Pereira Martins	063.017	Gestor titular
Luciano Satílio	199.192	Gestor Substituto
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Fiscal titular
Jorge de Farias	199.179	Fiscal Substituto

8.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

8.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

9.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30-50
9.1.2	Fonte de Recurso:	170500000020
9.1.3	Programas de Trabalho:	08002.0412200012.002

9.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ,

CEP: 28613-001.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

- (1) moratória de 0,5% por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- (2) moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 % pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

* O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

- (3) compensatória de 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- j) as peculiaridades do caso concreto;
- k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- l) os danos que dela provierem para o Contratante;
- m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo, 06 de março de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
Fabiana Pereira Martins Matr.: 063.017	Luciana Brantes dos Santos Lima Matr.: 100.286



Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário de Infraestrutura e Logística
Mat. 062.775